



CARTILHA LIBRAS

SINAIS E PARÂMETROS
QUE COMUNICAM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO
JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA

BIÊNIO 2023/2024

CARTILHA

LIBRAS

SINAIS E PARÂMETROS
QUE COMUNICAM



Ficha catalográfica
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas
Biblioteca
Michele dos Santos Silva Rodrigues

A316l Alagoas (Estado). Tribunal de Contas do Estado.
Libras: gestos e movimentos que comunicam (cartilha).
/ Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de
Mendonça.
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas de Contas. - 2.ed. -
Maceió:
Gráfica Oficial Graciliano Ramos, 2024.
40p.

ISBN: 978-65-981443-2-6

1. Língua Brasileira de Sinais. 2. Libras. 3. Acessibilidade. 4. Inclusão.
5. Comunidade Surda.

CDU: 811.1/.9



EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Editores

José Alberto Costa

Anna Paula Ferreira dos Santos Rifas

Lídia Machado Tavares Mendes

Coordenação e Ilustração

Perroneo Tojal Silva

Lídia Machado Tavares Mendes

Anna Paula Ferreira dos Santos Rifas

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustrações

Darlan de Macedo Bezerra

Revisão Final

José Alberto Costa

Geraldo Nilo Xavier Câmara

Revisão textual

Anna Paula Ferreira dos Santos

Lídia Machado Tavares Mendes

Revisão Técnica Especializada

Jadson Nunes Santos

Colaboradoras

Iraê Cardoso

Lianne Mirele da Silva Pereira

Michele dos Santos Silva

Impressão

Gráfica Oficial Graciliano Ramos

COMPOSIÇÃO DO PLENO

Fernando Ribeiro Toledo
Conselheiro Presidente

Renata Pereira Pires
Conselheira

Otávio Lessa de Geraldo Santos
Conselheiro Vice-Presidente

Ana Raquel Ribeiro Sampaio
Conselheira Substituta

Rosa Maria Ribeiro de
Albuquerque
Conselheira Ouvidora

Alberto Pires Alves de Abreu
Conselheiro Substituto

Maria Cleide Costa Beserra
**Conselheira Diretora-Geral da
Escola de Contas Públicas**

Sérgio Ricardo Maciel
Conselheiro Substituto

Rodrigo Siqueira Cavalcante
Conselheiro Corregedor

Ministério Público de Contas
Enio Andrade Pimenta
Procurador-Geral

Anselmo Roberto de
Almeida Brito
Conselheiro





COMPOSIÇÃO DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA

Corpo Diretivo

Maria Cleide Costa Beserra
Diretor-Geral

Perroneo Tojal Silva
Diretor-Técnico

Maria Luiza Vidal de Negreiros Piatti
Diretora Técnica Adjunta

Corpo Administrativo

Lídia Machado Tavares Mendes
**Coordenadora de Ensino,
Pesquisa e Extensão**

Gisete de Lima Oliveira
Coordenadora Pedagógica

Ana Cláudia Rodrigues Barros
**Assessora Especial da Diretoria
Técnica da Escola de Contas**

Patrícia Calado da Costa
**Assessora Especial da Escola de
Contas**

Thiago Fragoso Melo
Assessor da Diretoria Técnica

Adriana Pereira da Silva
**Analista Administrativo lotada
na Escola de Contas**

Alexsandro Tenório de Oliveira
**Analista Administrativo lotado
na Escola de Contas**

Lianne Mirele da Silva Pereira
**Estagiária de Administração da
Escola de Contas**

Mateus Henrique Ramos
Jovem Aprendiz

SUMÁRIO

Palavra do Presidente.....	07
Palavra da Diretora da Escola de Contas Públicas.....	08
Palavra do Vice-Presidente	09
Conselheiro Idealizador.....	10
Trajatória da Língua Brasileira de Sinais	11
Deficiência Auditiva	13
Graus de Perda Auditiva	15
Surdez no Trabalho	16
Cuidados Especiais com as Crianças.....	17
Comunidade Surda Alagoana	18
Recomendação	20
Reconhecimento de Libras	21
Os Parâmetros da Libras	22
A importância da regulamentação para intérpretes e tradutores.....	22
Língua Indígena de Sinais	23
Dicas de Relacionamento	25
Alfabeto em Libras.....	27
Números em Libras	27
Sinais de Cumprimento.....	28
Hora de Praticar	31
Momento Literário.....	33
Momento Pipoca	34
Descubra os Sinais.....	35
Referências	36



PALAVRA DO PRESIDENTE

Foto: ASCOM-TCE-AL



As ações de democracia são fundamentais para promoção de uma sociedade mais inclusiva. Na busca de alcançar esse objetivo, precisamos investir em materiais de inclusão e promover acessibilidade em todos os âmbitos da vida social.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é utilizada pela comunidade surda do Brasil e tem sido cada vez mais valorizada como instrumento de inclusão social e acessibilidade comunicacional.

O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e a Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, em sua segunda edição da Cartilha de Libras – Sinais e Parâmetros que Comunicam, visam promover uma abertura para inclusão social e, ao mesmo tempo, impactar positivamente a atuação do serviço público, buscando constantemente o aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos para sociedade.

Libras é uma língua completa e complexa, com gramática própria, vocabulário vasto e expressões idiomáticas próprias. Ela permite que a comunidade surda possa se comunicar plenamente em situações cotidianas, como no trabalho, na educação, na saúde e nas relações interpessoais. Além disso, a Língua Brasileira de Sinais é um instrumento importante para a promoção da igualdade de oportunidades para todos, independentemente de sua condição auditiva. Ela quebra barreiras linguísticas e promove a inclusão social de pessoas surdas em todos os aspectos da vida.

Por isso, é fundamental que a sociedade valorize, respeite a Libras e se esforce para promover sua difusão e ensino em todos os níveis educacionais.

Conhecer o mundo pela visão do outro nos proporciona uma perspectiva enriquecedora e nos ajuda a desenvolver empatia e compreensão. Ao valorizarmos a diversidade e promovermos a inclusão, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade onde todos possam ter acesso as mesmas oportunidades.

Fernando Ribeiro Toledo
Conselheiro Presidente



PALAVRA DA DIRETORA DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS

Foto: ASCOM-TCE-AL



Prezados leitores,

é com grande entusiasmo que apresento a vocês esta cartilha fascinante sobre a Língua Brasileira de Sinais, uma forma única e essencial de comunicação que desempenha um papel crucial na vida de muitas pessoas. Como diretora desta escola, sinto-me profundamente honrada em apoiar e promover o conhecimento sobre Libras em nossa comunidade. Essa jornada de aprendizagem é uma busca constante pela inclusão e respeito à diversidade.

A Língua de Sinais é uma expressão rica e vibrante da cultura surda, e esta obra nos oferece a possibilidade de mergulhar nesse mundo, entendendo sua gramática, sua história e sua importância na construção de pontes entre as pessoas, é uma forma de garantir a preservação da identidade das pessoas e comunidades surdas. Além disso, contribui para a valorização e reconhecimento da cultura surda.

Ao adentrar as páginas deste livro, convido todos os educadores, alunos e suas famílias a se envolverem nessa viagem educacional. Quanto mais compreendermos e valorizarmos a Língua Brasileira de Sinais, mais capacitados estaremos para construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária, onde todos tenham a oportunidade de se expressar e se comunicar plenamente.

Agradeço aos autores por esta contribuição significativa à nossa compreensão da Libras e espero que este livro inspire investigação, aprendizado e ação em nossa escola e na sociedade como um todo. Com gratidão e entusiasmo.

Maria Cleide Costa Beserra

Conselheira Diretora Geral da Escola de Contas Públicas



PALAVRA DO VICE-PRESIDENTE

Foto: ASCOM-TCE-AL



A Surdez no Brasil tem avançado muito, segundo dados estatísticos. No censo realizado pelo IBGE, em 2010, foram registrados 10 milhões de pessoas apresentando qualquer tipo de surdez, desde os mais leves sintomas até aqueles com surdez profunda, os que perderam totalmente a capacidade auditiva. Isso representava 2,7 milhões de brasileiros em estado de surdez.

Em 24 de abril de 2002, o Governo Federal sancionou a Lei Federal nº 10.436, tornando oficial em todo o país a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio legal de comunicação e expressão dos surdos. No seu artigo 3º determina que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, através de sua Escola de Contas Públicas Conselheiro José Alfredo de Mendonça, saiu um pouco de sua rotina, editando esta Cartilha de Libras, a Língua Brasileira de Sinais, para levar, não somente aos gestores municipais, mas a seus munícipes, a encarar com devida importância e respeito, a presença das pessoas com deficiência auditiva em suas famílias ou em suas comunidades.

Otávio Lessa de Geraldo Santos
Conselheiro Vice-Presidente



CONSELHEIRO IDEALIZADOR

Foto: ASCOM-TCE-AL



A Escola de Contas Conselheiro José Alfredo de Mendonça entrega para a sociedade alagoana a segunda edição da cartilha de Libras, fruto de um cuidadoso trabalho que muito nos orgulha e que foi desenvolvido pela sua equipe, reforçando o seu compromisso com a educação e com a inclusão social daqueles que venham a ter algum tipo de deficiência.

Aliás, como todos nós sabemos, para que a República possa adequadamente existir, é preciso que a voz de todos os seguimentos que formam a sua sociedade seja ouvida e possua importância na tomada de decisões dos seus governantes, de modo que este trabalho se destina a diminuir a distância entre estes e uma grande parcela da sociedade que vem a ser acometida de algum grau de deficiência auditiva.

Essa mesma voz também costuma ecoar nos Tribunais de Contas, já que a sociedade se constitui na destinatária final e usuária, assim como em legítima avaliadora da qualidade dos serviços públicos e das políticas públicas que lhes são ofertados pelos governos.

Quanto a este último aspecto, as escolas de gestão e de contas se posicionam como verdadeiras capacitadoras do exercício desta cidadania ativa e indutoras do controle social proativo, tornando o cidadão consciente de seus direitos e deveres em face do Poder Público e orientando-o quanto às formas de como poderá se manifestar, o que normalmente ocorre por meio de elogios, críticas, sugestões de aprimoramento e denúncias.

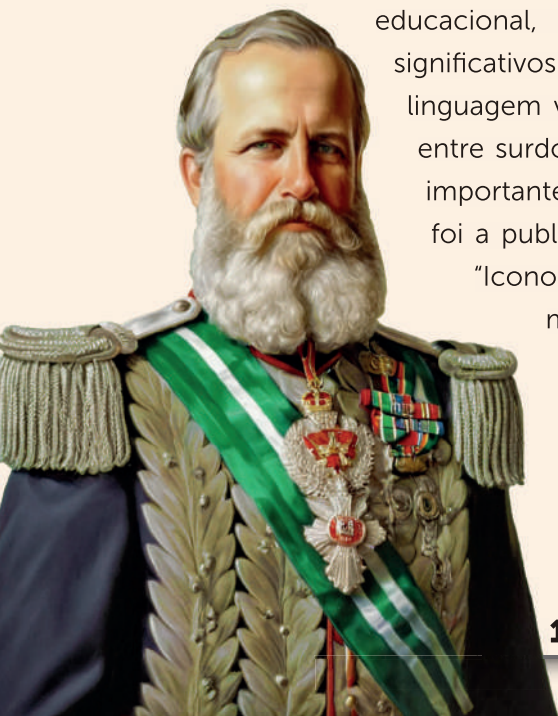
Por isso, desde já, agradeço a todos os que direta e indiretamente trabalharam na confecção desta cartilha, com especial menção aos servidores Lídia Machado Tavares Mendes, Anna Paula Ferreira dos Santos e José Alberto Costa, fazendo votos que surjam bons frutos.

Rodrigo Siqueira Cavalcante
Conselheiro Idealizador

TRAJETÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Durante o Segundo Império Brasileiro, a educação passou a ser compreendida como um direito do cidadão e dever do Estado. Devido a este fator, em 1852, Dom Pedro II convidou o então diretor do Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges, na França, Ernest Huet (1822 – 1882) para ensinar os surdos Brasileiros. Ensinando-lhes por meio do método proposto pelo abade Charles Michel de L'Épée (Santos, 2023, p. 21) afirma que a língua brasileira de sinais teve sua origem a partir da língua de sinais francesa, e por ser uma língua viva e em uso, sofreu alterações naturais no decorrer dos tempos, resultou no que hoje se conhece como Libras. O Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES integra a estrutura do Ministério da Educação e Cultura - MEC, como centro de referência nacional na área da surdez, exercendo os papéis de subsidiar a formulação de políticas públicas e de apoiar a sua implementação pelas esferas subnacionais de Governo.

Durante o período de desenvolvimento desta política educacional, o Instituto obteve resultados significativos ao promover a valorização da linguagem visual como meio de comunicação entre surdos e ouvintes. Nesse contexto, uma importante contribuição para a capacitação foi a publicação, em 1875, da obra intitulada "Iconografia dos Signaes dos Surdos-mudos", pelo ex-aluno Flausino José da Gama. Tal obra é considerada o primeiro dicionário de sinais publicado no Brasil e inclui o



Dom Pedro II

alfabeto manual e algumas ilustrações dos sinais utilizados naquela época.

Anos depois, com uma referência visual aperfeiçoada e atualizada, o INES desenvolveu o “Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira”, contendo mais de 3 mil sinais ilustrados, com suas respectivas definições em português e em LIBRAS, contribuindo para a difusão e valorização da LIBRAS como língua oficial do Brasil. Desde então, outros dicionários de sinais foram publicados, ampliando o conhecimento sobre LIBRAS e facilitando a comunicação inclusiva no país.

A Lei nº 11.796/2008 instituiu o Dia Nacional dos Surdos em 26 de setembro, mesma data da fundação do INES, que aconteceu no ano de 1857. O prédio, mandado construir pelo Imperador para abrigar as instalações do INES, desempenha suas funções até hoje.

DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Definição

Consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons.

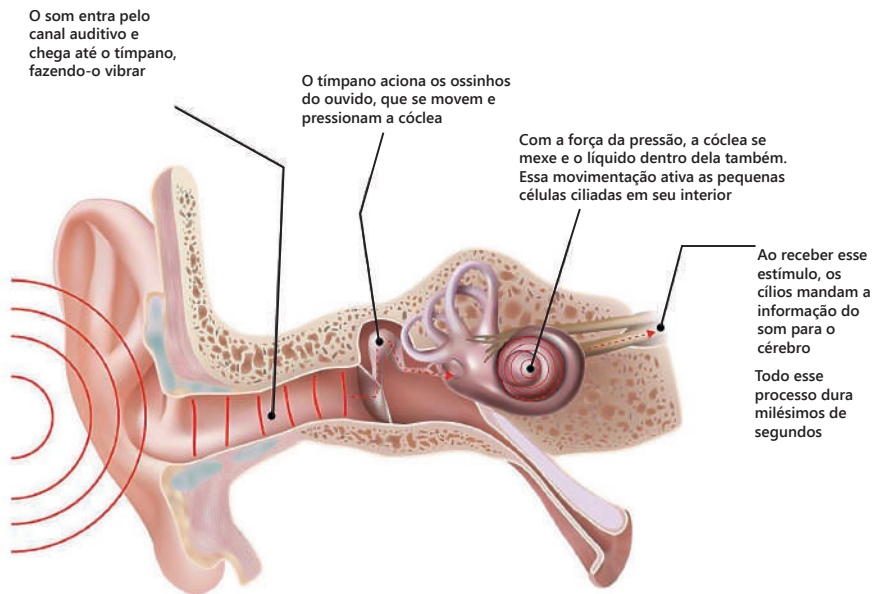
Durante o período de desenvolvimento desta política educacional, o Instituto obteve resultados significativos ao promover a valorização da linguagem visual como meio de comunicação entre surdos e ouvintes. Nesse contexto, uma importante contribuição para a capacitação foi a publicação, em 1875, da obra intitulada “Iconografia dos Signaes dos Surdos-mudos”, pelo ex-aluno Flausino José da Gama. Tal obra é considerada o primeiro dicionário de sinais publicado no Brasil e inclui o alfabeto manual e algumas ilustrações dos sinais utilizados naquela época.

Anos depois, com uma referência visual aperfeiçoada e atualizada, o INES desenvolveu o “Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira”, contendo mais de 3 mil sinais ilustrados, com suas respectivas definições em português e em LIBRAS, contribuindo para a difusão e valorização da LIBRAS como língua oficial do Brasil. Desde então, outros dicionários de sinais foram publicados, ampliando o conhecimento sobre LIBRAS e facilitando a comunicação inclusiva no país.

Causas:

A surdez pode ser de origem congênita, ocorrendo desde o nascimento e antes da aquisição da língua materna (L1), ou adquirida ao longo da vida, podendo ser pré ou pós-linguística, dependendo do momento em que ocorre em relação ao desenvolvimento da linguagem. As causas da surdez podem ser divididas em três categorias:

pré-natais, causadas por fatores genéticos, doenças maternas durante a gestação e exposição a drogas prejudiciais à audição; perinatais, mais frequentemente relacionadas a parto prematuro, anoxia cerebral e traumas no parto; e pós-natais, resultantes de doenças adquiridas ao longo da vida, como meningite, caxumba, sarampo, uso de medicamentos ototóxicos, avanço da idade e acidentes. (SANTOS, 2023, p. 39).



Fonte: <https://enfermagemflorence.com.br/anatomia-do-ouvido/caminho-som/>

Graus de Perda Auditiva

Os graus de perda auditiva são: Leve, Moderado, Severo e Profundo:

1 – Leve: quando não apresenta efeito significativo e não mostra progressão que justifique a utilização de aparelhos auditivos, ou apresenta dificuldades com os sons agudos, embora ouça bem os graves.

2 – Moderado: aquele que apresenta interferência na fala, embora o portador consiga se comunicar através dela. Ouve os sons graves menos ruidosos e, se estiver em um ambiente com música, não compreende o que se fala. O uso do aparelho auditivo é recomendável.

3 – Severo: casos em que o desenvolvimento da fala e da linguagem sofrem interferência. O uso do aparelho auditivo pode corrigir essa dificuldade de comunicação interpessoal, não ouve a fala humana, e raramente escuta um celular chamando, por exemplo.

4 – Profundo: tipo de surdez em que a fala e a linguagem jamais poderão ocorrer sem intervenção. A perda profunda compromete a fala e a utilização de Libras é necessário.

Os decibéis (dB) são unidades de medida que quantificam a intensidade sonora e são usados para descrever o volume de um som, sendo uma escala logarítmica em que um aumento de 10 dB significa uma multiplicação por 10 na intensidade. A medição dos decibéis é realizada por meio de decibelímetros, instrumentos que capturam e quantificam os níveis de pressão sonora em diversos contextos, como em medições de ruído ambiental, avaliações de segurança no trabalho

GRAU DE PERDA AUDITIVA	Média das respostas nas frequências de 500 Hz, 1000 Hz, 2000 Hz e 4000 Hz	DESEMPENHO
AUDIÇÃO NORMAL	ATÉ 20 dB	Possibilidade de discreta perda auditiva sem implicação social
SURDEZ LEVE	De 21 dB a 40 dB	Capacidade de ouvir bem voz em intensidade normal, mas tem dificuldade com voz baixa ou distante.
SURDEZ MODERADA	De 41 dB a 70 dB	Percepção de fala se a voz for alta. Capacidade de compreensão de fala cumulado com contato visual.
SURDEZ SEVERA	De 71 dB a 90 dB	Percepção de fala se a voz é alta e mais próxima do ouvido
SURDEZ PROFUNDA	De 91 dB a 119dB	Sem percepção de fala. Apenas ruídos muito altos são percebidos.
PERDA AUDITIVA TOTAL	Acima de 120 dB	Nenhum som é percebido.

e testes de audiometria. Essas medições são essenciais para avaliar a exposição ao som, proteger a audição das pessoas e estabelecer limites de ruído em diferentes ambientes, além de ter relevância em pesquisas científicas e planejamento urbano para o controle da poluição sonora.

Surdez no Trabalho:

A exposição prolongada a ruídos intensos no ambiente de trabalho pode causar surdez ocupacional, representando riscos à saúde auditiva dos trabalhadores. Isso inclui danos como rupturas no ouvido interno e lesões nas células da cóclea. A falta de proteção auditiva adequada, juntamente com a duração e intensidade da exposição, aumenta

os riscos, afetando a qualidade de vida dos trabalhadores e resultando em consequências financeiras para as empresas. A prevenção, por meio de medidas de controle de ruído e conscientização, é essencial para proteger a saúde auditiva no ambiente de trabalho. Silva e Costa (1998, p.65) Em atenção a situação, o Ministério do Trabalho e do Emprego dispõe Norma Regulamentadora 6 (NR 6), da Portaria 3.214, medidas de proteção aos trabalhadores referentes aos riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde no ambiente de trabalho.

Cuidados especiais com as crianças:

Soares, Marques Flores (2008, p. 110) afirmam que a audição desempenha um papel importante no desenvolvimento global da criança, especialmente em relação à aquisição da linguagem.

Por isso, ao nascer, os bebês costumam identificar mais facilmente as vozes dos pais porque, durante a gestação, eles ouvem esses sons frequentemente.

Dados demonstram a necessidade especial de preservar as crianças da exposição exagerada aos sons, considerados ensurdecedores, porque a estrutura auditiva da criança é muito delicada, portanto, sujeita a danos irreparáveis.

A família, que é o agente primário de socialização da criança, é considerada a maior responsável pela formação do caráter de um filho, por meio de exemplos, durante a construção de sua identidade própria. É preciso que a família desmistifique a diferença, não colocando o seu filho, vítima de surdez, na posição de deficiente num contexto de incapacidade. Havendo um correto e intenso acompanhamento, a família verá que o seu filho surdo tem perfeitas condições de se integrar com a sociedade ouvinte.

Comunidade Surda Alagoana:

Os documentos, leis, decretos e resoluções nos ajudaram a obter informações importantes para entender como a inclusão dos surdos em Alagoas foi influenciada pela história e pela sociedade. O pioneirismo no assunto foi marcado em 1990, quando o Estado de Alagoas começou a elaborar seus próprios documentos normativos relacionados à educação dos surdos. A Lei nº 6060/1998 reconheceu e implementou a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como língua oficial nas escolas públicas para surdos em Alagoas, quatro anos antes da oficialização nacional. Em 30 de dezembro de 1998, com a Lei municipal nº 4.785, foi criado no município de Maceió, o Centro de Educação Especial para surdos, cegos e deficientes múltiplos, proporcionando serviços educacionais e integração social.

O Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez Joelina Alves Cerqueira (CAS)¹ foi criado pelo Governo do Estado no ano de 2006 com a finalidade específica de intensificar e regulamentar o exercício da profissão dos servidores que lidam com deficiências auditivas. Trata-se de uma iniciativa de extrema importância que visa proporcionar uma formação qualificada e especializada aos profissionais da área da educação, capacitando-os para o atendimento adequado e inclusivo das pessoas com surdez. Além disso, o CAS desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos dessa parcela da população.

No cenário alagoano, na luta incansável pelos direitos da comunidade surda e das pessoas com múltiplas deficiências, destaca-se como uma voz ativa e inspiradora a figura de Iraê Cardoso. Iraê é a fundadora da renomada Associação dos Amigos e Pais de Pessoas

¹ O CAS está localizado na Av. Ernesto Gomes Maranhão, s/nº – Jatiúca – Maceió – Alagoas. Telefone: (82) 3315-3925.

Especiais - AAPPE, bem como do primeiro Instituto Bilingue de Qualificação e Referência em Surdez - IRES do Norte-Nordeste.

O ativismo social de Iraê Cardoso teve início devido à perda dolorosa de seu irmão, Antonio Gladston Palma, que era surdo e enfrentava imensas dificuldades de comunicação. Impulsionada por sua determinação inabalável, Iraê empreendeu um caminho repleto de conquistas significativas para a comunidade surda, tornando-se um destaque não apenas no âmbito nacional, mas também internacional.

Entre suas diversas realizações notáveis, destaca-se a criação do primeiro centro de fonoaudiologia em Alagoas, uma iniciativa pioneira que beneficiou inúmeras pessoas que antes não tinham acesso a esses serviços essenciais. Além disso, Iraê também estruturou o primeiro curso de língua de sinais do estado, participando da Lei 6060/1998, proporcionando aos surdos a oportunidade de se comunicarem plenamente e serem compreendidos.

No entanto, os planos visionários de Iraê Cardoso não param por aí. Sua visão abrangente inclui a criação da primeira creche bilíngue para crianças surdas e CODA (Crianças de Pais Surdos) em Alagoas. Com esse projeto inovador, Iraê almeja oferecer um ambiente acolhedor e inclusivo, onde as crianças surdas possam desenvolver-se plenamente, tendo acesso à educação de qualidade e sendo valorizadas em sua identidade linguística.

Ao longo de quase quatro décadas, mesmo enfrentando desafios e limitações financeiras, Iraê Cardoso tem sido incansável em sua missão de promover avanços históricos no Estado de Alagoas. Sua atuação ativa e comprometida tem beneficiado diretamente pessoas surdas e/ou com deficiência, assim como seus familiares, tornando-se uma referência incontestável na defesa dos direitos desses indivíduos e na prestação de serviços que transformam vidas.

Através da AAPPE e do IRES, Iraê acompanha de perto a formação educacional dessas pessoas, garantindo que elas tenham acesso à educação inclusiva e de qualidade. Além disso, ela também se dedica a auxiliá-las em sua inserção no mercado de trabalho, proporcionando oportunidades reais para que elas possam desenvolver seus talentos e habilidades profissionais.

A trajetória de Iraê Cardoso é um exemplo inspirador de como a determinação, a paixão pelo bem-estar do próximo e o compromisso com a igualdade podem gerar impactos positivos duradouros. Sua dedicação incansável é um farol de esperança para todas as pessoas surdas e com deficiência em Alagoas, mostrando que é possível superar obstáculos e construir uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos.

Recomendação

Para evitar a deficiência auditiva e preservar a saúde auditiva, é fundamental adotar uma série de medidas preventivas. Em primeiro lugar, é essencial reduzir a exposição a ruídos excessivamente altos, seja no ambiente de trabalho, em eventos barulhentos como shows e esportes, ou em atividades recreativas ruidosas. O uso de protetores auriculares nesses cenários é altamente recomendado, assim como a moderação no volume de dispositivos de áudio, como fones de ouvido e alto-falantes. Além disso, é importante proteger-se contra infecções no ouvido, manter uma alimentação equilibrada rica em antioxidantes, evitar o tabagismo e o consumo excessivo de álcool, bem como utilizar equipamentos de segurança adequados para evitar lesões na cabeça.

Adicionalmente, a realização de exames auditivos regulares é crucial para monitorar a saúde auditiva ao longo do tempo, especialmente se houver histórico familiar de deficiência auditiva

ou exposição frequente a ruídos intensos. Manter um estilo de vida saudável, controlando a pressão arterial e condições médicas como diabetes, também contribui para a prevenção da perda auditiva. Educar-se sobre os riscos associados à exposição a ruídos altos e adotar medidas preventivas desde cedo são passos importantes para garantir uma boa qualidade de vida auditiva ao longo da vida.

Reconhecimento de Libras

A partir da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Os parâmetros da LIBRAS

Na Língua Brasileira de Sinais (Libras), a execução dos sinais não se limita ao movimento das mãos, mas envolve uma combinação de elementos, incluindo configurações das mãos, expressões faciais e projeção do corpo para caracterizar o sinal desejado. Os sinais podem ser feitos com uma ou ambas as mãos, com diferentes modulações e direções, ampliando seu significado. Existem mais de 60 configurações de mão reconhecidas pelo Instituto Nacional de Surdos – INES. Além disso, o ponto de articulação, muitas vezes usando partes do corpo humano, contribui para a compreensão dos sinais, e o espaço de indicação dos sinais se concentra nas áreas principais de articulação. A expressão facial desempenha um papel fundamental na composição da Libras, transmitindo emoções e complementando o significado das palavras. A estrutura fonética da Libras é organizada em parâmetros, como configuração de mão, ponto de articulação, movimento, expressão facial, orientação e direção, que são essenciais para a formação dos sinais na língua de sinais. (SANTOS, 2023, p. 47).

A importância da regulamentação para intérpretes e tradutores

A Lei Federal 12.319, promulgada em 2010, define o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa como profissional com competência para realizar interpretações simultâneas ou consecutivas entre essas duas línguas, exigindo proficiência em ambas. Desde a década de 1980, os tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa têm se profissionalizado em diversos contextos, como educação e religião. Para atuar nessa

área, é necessário possuir seis competências: linguística, para lidar com as nuances das línguas; para transferência, garantindo uma tradução precisa e fiel; metodológica, escolhendo o modo adequado de interpretação; na área específica do conteúdo a ser traduzido; bicultural, compreendendo as culturas subjacentes às línguas; e técnica, utilizando equipamentos adequados, como microfones e fones de ouvido.

A Norma 15599 da ABNT estabelece requisitos adicionais para intérpretes de Libras, incluindo conhecimento sobre a cultura surda e capacitação nas línguas envolvidas. Os intérpretes devem ser proficientes em LIBRAS e Língua Portuguesa, além de, quando possível, em outros idiomas. Também é fundamental ter conhecimento aprofundado sobre a gramática das duas línguas, dominar técnicas de interpretação e possuir boa dicção e voz clara. A formação contínua é crucial, pois os intérpretes de Libras estão cada vez mais presentes em contextos diversos, incluindo político e televisivo, onde o revezamento entre equipes é recomendado para evitar sobrecarga e garantir a qualidade da interpretação. A atuação em equipe, trocando a responsabilidade a cada 20 a 30 minutos, é recomendada devido à fadiga mental que pode ocorrer após esse período.(SANTOS, 2023)

Língua Indígena de Sinais

Santos, Jadson Nunes (2023, p. 28) afirma que a educação bilíngue para surdos considera a língua de sinais e a cultura surda e, seu objetivo principal é atender as especificidades linguísticas tendo a Libras como língua materna (L1) e o Português como segunda língua (L2).

A língua indígena de sinais também é visual-espacial, ou seja, utiliza sinais, expressões faciais e corporais para transmitir significados. Cada comunidade indígena possui sua própria língua de sinais, que é única para aquele grupo específico. Essas línguas de sinais indígenas são parte integrante da cultura e identidade dessas comunidades, desempenhando um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, histórias e tradições.

Estudos contínuos são realizados para criar um ambiente linguístico de qualidade para os surdos indígenas. Seria possível considerar a integração desses estudos nas políticas públicas, favorecendo a cultura indígena, conforme Vilhalva (2009, p.09) aborda, com o objetivo de ser compreendida para que, conseqüentemente, eles sejam aceitos e respeitados pelas autoridades e pelo resto da sociedade brasileira, nas suas diferenças e nas suas especificidades, seja cultural ou linguística.

Os reflexos desse movimento já são perceptíveis, como evidenciado durante o III Encontro dos Terena Surdos Aldeia Cachoeirinha em 2023, onde Miranda-MS se tornou o primeiro município brasileiro a oficializar uma língua indígena de sinais. Isso foi resultado da luta da professora Ondina Antônio Miguel pela educação de seus filhos, que levou à criação da Lei Municipal de Miranda 1382/2017. Estudos linguísticos demonstraram as características únicas dessa língua em relação à LIBRAS. O próximo passo é buscar o reconhecimento como “Língua de Instrução” junto ao Conselho Estadual de Educação. Após as devidas adaptações, espera-se que essa língua possa ser implementada nas salas de aula das aldeias e, eventualmente, expandida para todas as comunidades indígenas do país.

A preservação e valorização das línguas indígenas de sinais são fundamentais para a manutenção da diversidade cultural e linguística no Brasil. Por isso, é importante reconhecer e respeitar a importância dessas línguas na comunicação e na expressão cultural das comunidades indígenas.



Ao ser abordado por um Surdo, se você não conhecer a Língua dos Sinais, procure falar devagar, articulando bem as palavras, para facilitar a leitura labial que ele certamente tentará fazer. Ajude-o.

Não existe o termo “surdo-mudo”. Nos casos de surdez profunda, por não ouvir nada, o portador poderá não conseguir falar. A Surdez e a Mudez são deficiências diferentes.

Lei Federal 10.436, adverte em seu Parágrafo Único: A Língua Brasileira de Sinais – (Libras) não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Durante a conversa, não podemos desviar o olhar para não sermos interpretado de forma incorreta.

O exercício da profissão de Tradutor e de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS foi regulamentado.

Quando a pessoa surda estiver acompanhada de um intérprete, fale olhando para ela e não para o profissional.

A Surdez pode atingir um dos ouvidos ou os dois. Diante de qualquer sintoma é recomendado consultar um Médico Otorrino.

Não é necessário gritar ou elevar o tom de voz, a não ser que lhe peçam.

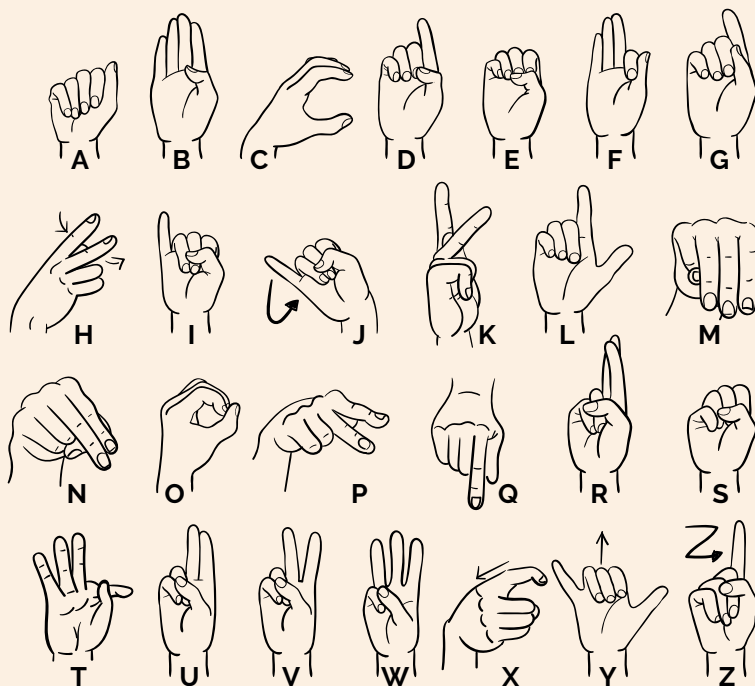
Evite colocar objetos ou a própria mão em frente à boca, pois isso pode atrapalhar os surdos que fazem leitura labial.

Nunca se refira a Libras como Linguagem de Sinais. Trata-se de uma Língua de Sinais, com gramática própria, reconhecida pelo Governo Federal.

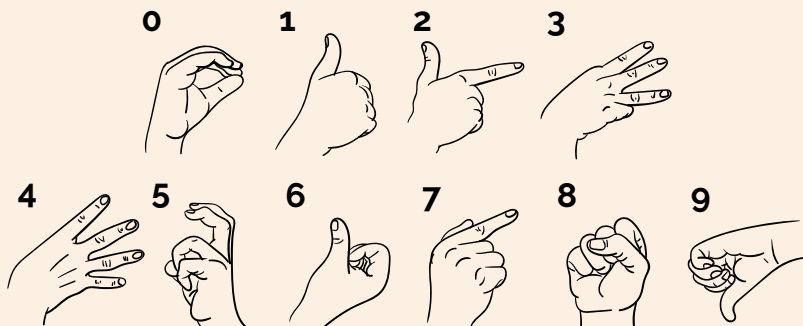
Quando tiver dificuldade para compreender o que o surdo oralizou, não tenha receio de pedir que repita.

A dificuldade maior do Surdo é a comunicação. Poucos conhecem Libras. O Brasil precisa de mais escolas inclusivas, onde alunos deficientes e ouvintes convivam sem discriminações.

ALFABETO EM LIBRAS



NÚMERO EM LIBRAS



SINAIS DE CUMPRIMENTO



TCHAU



DESCULPA



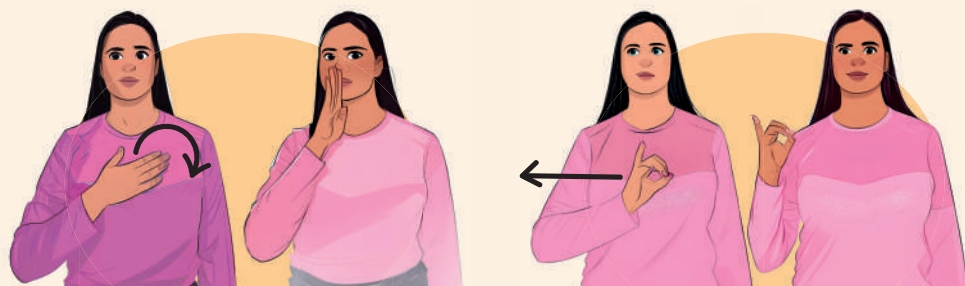
OBRIGADO



MEU SINAL



MEU NOME



PRAZER EM CONHECER

OI



BOA NOITE



BOA TARDE



BOM DIA

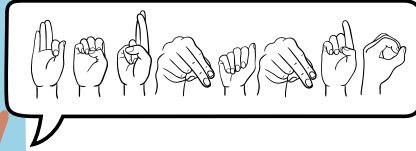


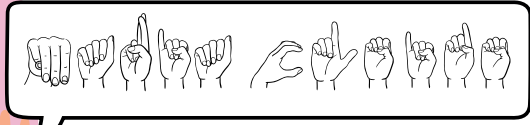
TUDO BEM

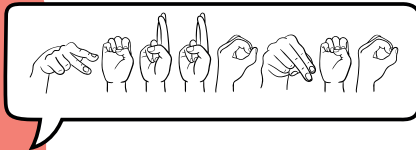


HORA DE PRATICAR!

DESCUBRA OS NOMES DOS NOSSOS AMIGOS



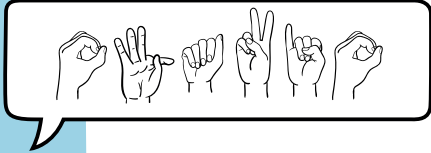


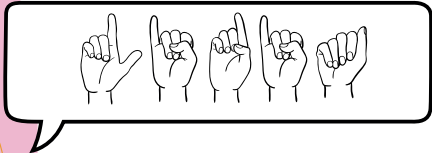
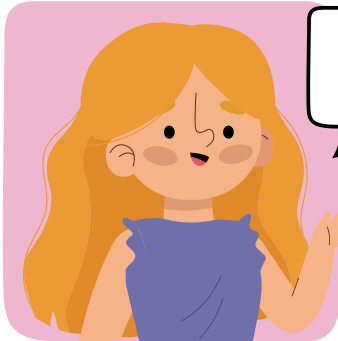


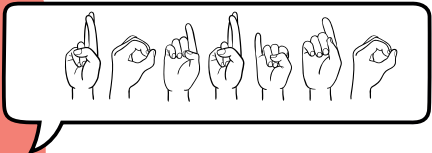


HORA DE PRATICAR!

DESCUBRA OS NOMES DOS NOSSOS AMIGOS









Diversas são as obras que foram escritas por renomados autores brasileiros surdos e ouvintes, desempenhando um papel fundamental no enriquecimento da comunidade surda na literatura nacional e, ao mesmo tempo, incentivando de forma significativa o hábito da leitura. Seguem algumas dicas:

1. **“Quem é essa Tagarela?”** – escrito por Cris Bicudo que conta sobre a infância da autora até suas viagens demonstrando suas dificuldades e tentando desmistificar a ideia de limitação que cerca as pessoas surdas.
2. **“A Surda Absurda”** – escrito por Cece Bell a divertida história conta as aventuras de Cece em uma escola de ouvintes.
3. **“Mãos Mágicas”** – um livro escrito por Isabel Varrieale Damian que conta a história de amizade entre uma princesa surda e um príncipe com deficiência visual.
4. **“Mãe, me conta a história da minha surdez?”** - escrito por Paula Pfeifer o livro apresenta perguntas que os pais devem responder e entregar aos filhos surdos para que eles conheçam detalhes da própria história.
5. **“Cinema, surdez e comensalidade”** – um livro escrito por Ronaldo Gonçalves de Oliveira, Francisco Romão Ferreira e Shirley Donizete Prado apresenta a abordagem aos surdos em face do mundo audiovisual.
6. **“Fiquei surdo. E agora?”** - escrito por Jhonny “Surdinho” Souza que traz a experiência do autor ao ficar surdo aos 10 anos de idade e se tornar referência em uma comunidade de dança.





MOMENTO PIPOCA

Série Swiched at Birth (2011 - Língua Americana de Sinais - ASL): retrata a história de duas adolescentes que descobrem terem sido trocadas no nascimento - significado do título em português. Além de terem sido criadas em realidades sociais diferentes, uma das garotas é surda como sequela da doença meningite contraída quando criança. Além do drama sobre a descoberta da troca das garotas, as duas famílias aprendem com os desafios diários de pessoas surdas. Disponíveis em plataformas de streaming.

Curta-metragem Tamara (2016 - Língua Americana de Sinais ASL): a animação apresenta Tamara uma menina surda que sonha em ser bailarina. Com apenas 4:36", transmite a mensagem que o surdo possui o mesmo potencial que qualquer outro, tudo vai depender das oportunidades e do olhar que lançamos sobre ele.
Disponível Youtube ><http://youtube/B4-frsp-rR6c><.

Filme CODA (2021 - Língua Americana de Sinais - ASL): Vencedor do Oscar 2022 de melhor filme e outras categorias, que retrata a família de Ruby, que tem seu pai, sua mãe e o irmão surdos e mudos. Por ser a única capaz de escutar, Ruby trabalha como intérprete nas negociações comerciais familiar, e se encarrega de traduzir a linguagem de sinais para os amigos e vizinhos. O dilema começa quando Ruby precisa ir morar fora e deixar sua família sem seu suporte. Disponível em plataformas de streaming.

DESCUBRA OS SINAIS



REFERÊNCIAS

Atividades Pedagógicas. LIBRAS: Atividades de Cumprimentos em LIBRAS. Disponível em: <<https://atividadespedagogicas.net/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

Bem Estar. Entenda como funciona o ouvido por dentro e para que servem suas partes. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2012/04/entenda-como-funciona-o-ouvido-por-dentro-e-para-que-servem-suas-partes.html>>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

BRASIL. LEI Nº 8.160, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8160.htm>. Acesso em: 15 agosto 2022.

BRASIL. Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978. Aprova as normas regulamentadoras que consolidam as leis do trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho. NR – 6. Equipamento de Proteção Individual – EPI. In: SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-6-nr-6>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

Escola do Legislativo. Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Cartilha de Libras.

Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES. Disponível em <<https://www.gov.br/ines/pt-br>>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

Instituto Nacional de Educação de Surdos- INES. Educação Básica – DEBASI/INES. TV INES. Disponível em: <<https://debasi.ines.gov.br/tv-ines>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

LIBRAS. O que é surdez: ponto de vista médico. Disponível em: <<https://www.libras.com.br/o-que-e-surdez>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

Santos, Jadson Nunes. Melhorar a Acessibilidade Só Depende da Sua Atitude. Itapevi, SP: Itapevi Câmara Municipal, 2020.

Santos, Jadson Nunes. Se Liga Nos Sinais. Itapevi, SP: Itapevi Câmara municipal, 2023.

Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. Educação Especial. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br/educacao/educacao-especial>>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

Vilhalva, Shirley. Mapeamento das Línguas de Sinais Emergentes: um estudo sobre as comunidades linguísticas Indígenas de Mato Grosso do Sul. Florianópolis – SC, 2009.

Soares, C.P; Marques, L.R.; Flores, N.G.C. Triagem auditiva neonatal: aplicabilidade clínica na rotina dos médicos pediatras neonatologistas. Revista CEFAC, São Paulo, v. 10, n. 1, 2008.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO
JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA**

Av. Fernandes Lima, 1047, Farol, Maceió, Alagoas
escoladecontas@tceal.tc.br
+55(82)3315.6608 ☎(82) 99901-9859
CEP 57.055-903



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS
ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS CONSELHEIRO
JOSÉ ALFREDO DE MENDONÇA**

Av. Fernandes Lima, 1047, Farol, Maceió, Alagoas
escoladecontas@tceal.tc.br
+55(82)3315.6608 ☎(82) 99901-9859
CEP 57.055-903

ISBN: 978-65-981443-2-6

